

BOLETIM 414

Brasília, 17 de agosto de 2017



Mazinho e Rangel juntamente com os demais dirigentes da FETICOM-SP: Jairo, Gilmar, Marlon, Ari, Robson e Sergio.

FETICOM-SP, com a presença de Mazinho, discute o futuro do movimento sindical

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, participou ontem (16), em São Paulo, de reunião com a diretoria da FETICOM-SP para discutir o novo cenário sindical depois da aprovação da chamada “reforma” trabalhista, que, além de subtrair direitos históricos dos trabalhadores, pretende promover um verdadeiro desmonte das organizações sindicais em todos os níveis de representação com o fim, sem nenhuma transição, da contribuição sindical compulsória.

A reunião foi conduzida pelo presidente da FETICOM-SP, Ademar Rangel, que falou das preocupações da entidade com os rumos do movimento sindical depois da aprovação da reforma. Todos os diretores presentes foram unânimes em reconhecer a necessidade de resistir à aplicação da nova lei e de buscar novos caminhos que assegurem a sobrevivência das entidades e, conseqüentemente, de sua luta em favor dos trabalhadores.

Mazinho fez uma explanação da situação política em Brasília, reafirmando seu entendimento de que “essa reforma foi feita para atender um dos governos mais impopulares de nossa história e o grande capital, que, para reduzir seus custos, querem que o trabalhador, mais uma vez, pague a conta, como pretendem fazer também com a outra reforma, a da Previdência”.

O presidente da CONTRICOM aproveitou a oportunidade também para denunciou “esse verdadeiro saque, para não dizer roubo, que alguns políticos querem promover nos cofres públicos com a instituição de um fundo público que pode chegar a R\$ 4,5 bilhões, enquanto a saúde, a educação e a segurança pública estão sangrando em todo país e o governo não investe praticamente nada”.

Segundo ele, “esses são os mesmos que votaram contra os trabalhadores e, agora, querem, principalmente os grandes partidos, abocanhar esse fundo bilionário para se salvar nas eleições de 2018. Não podemos aceitar essa agressão ao povo brasileiro e vamos continuar denunciando”, argumentou.

Sobre o financiamento sindical, o presidente da CONTRICOM falou da necessidade de se buscar alternativas, mas sinalizou que não concorda “com qualquer articulação que busque salvar o financiamento das entidades em detrimento dos direitos dos trabalhadores”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

EM ALERTA OS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL!!!

Reforma da Previdência deve ser votada na 1ª quinzena de outubro

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta quarta-feira (16), em Brasília, que o governo espera que a reforma da Previdência seja aprovada até a primeira quinzena de outubro na Câmara dos Deputados, para depois ser encaminhada ao Senado.

Segundo ele, o presidente Michel Temer está orientando o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, para construir uma base forte para as reformas a serem analisadas pelo Congresso Nacional.

Padilha participou de cerimônia no Palácio do Planalto que reconheceu o setor supermercadista como atividade essencial da economia.

Aumento da meta de déficit fiscal - Ele comentou o aumento da meta de déficit fiscal do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para R\$ 159 bilhões este ano. "Tínhamos que olhar o que era nossa meta, R\$ 139 bilhões, vimos a impossibilidade e o mais correto, com toda a transparência, era elevá-la no que era absolutamente indispensável, que são esses R\$ 159 bilhões", disse.

Segundo Padilha, as circunstâncias levaram a essa revisão.

Fonte: Agência Brasil



CPI da Previdência é prorrogada por 60 dias

A pedido do presidente da CPI da Previdência, senador Paulo Paim (PT-RS), o Senado Federal prorrogou por mais 60 dias os trabalhos dessa comissão parlamentar de inquérito. Com isso, as atividades do colegiado serão encerradas em 7 de novembro.

Instalada em 26 de abril deste ano, a CPI da Previdência já realizou mais de 20 reuniões, sendo a maioria delas destinadas a audiências públicas interativas com diversos seguimentos da sociedade.

O requerimento previa prorrogação por 120 dias, com mais R\$ 100 mil em despesas. Porém, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, apelou a Paim, informou que o Senado está em contenção de despesas e pediu que o prazo e os recursos fossem diminuídos pela metade, no que foi atendido pelo parlamentar.

Nesta quinta-feira (17), a CPI da Previdência ouviu representantes do Ministério da Fazenda.

Fonte: Agência Senado



Comissão debate estatuto do trabalho na sexta-feira

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública na próxima sexta-feira (18) para discutir o chamado estatuto do trabalho. A iniciativa é de uma subcomissão temporária da CDH criada para aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista.

O requerimento é do senador Paulo Paim (PT-RS) **(foto)**. Foram convidados para a audiência pública representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; do Ministério Público do Trabalho; da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas; da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho; do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho; e de centrais sindicais.

A reunião interativa está marcada para às 10h. Os interessados podem enviar comentários ou perguntas pelo Portal e-Cidadania ou pelo telefone do Alô Senado (0800 61 2211).

Fonte: Agência Senado

Novo valor do mínimo só será definido em 2018, diz ministro do Planejamento

A nova previsão para o salário mínimo do ano que vem é de R\$ 10 menor do que o valor definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é de R\$ 979.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, lembrou que o valor de R\$ 969 não é definitivo, e afirmou que somente em janeiro 2018 será possível definir o novo valor do mínimo, por causa da inflação acumulada.

Nas ruas, a possível redução do salário mínimo não agrada.

O professor de direito financeiro do Mackenzie, Ricardo Chimenti, acredita que, se por um lado a redução de R\$ 10 representa uma economia de R\$ 3 bilhões para o governo, por outro é uma perda para a população que vive do mínimo.

Por lei, até 2019 o salário mínimo será definido com base no crescimento da economia de dois anos antes mais a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Fonte: Portal EBC



Renan: Temer está tentando fazer do PMDB "puxadinho do governo"

O clima está esquentando dentro do PMDB, partido de Michel Temer. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou nesta quarta-feira (16), após sair da reunião da executiva nacional, que Temer está tentando fazer do PMDB um "puxadinho do governo".

A declaração foi para criticar as retaliações do governo a correligionários do PMDB que se posicionaram contra Temer na votação sobre a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) por crime de corrupção passiva.

"Uma executiva que tem um presidente interino, onde o presidente é o presidente da República, que claramente quer transformar o partido em um puxadinho do governo, isso causa muitos constrangimentos", disse Renan ao sair da reunião da executiva da sigla, criticando a decisão de suspender seis deputados.

O parlamentares Laura Carneiro (RJ), Celso Pansera (RJ), Jarbas Vasconcelos (PE), Veneziano Vital do Rêgo (PB) e Vitor Valim (CE) entraram com recursos contra a suspensão das suas funções partidárias. Já o deputado Sérgio Zveiter, que foi o relator da denúncia por corrupção passiva na comissão, pediu a desfiliação da sigla.

Os deputados afirmaram que a punição é arbitrária, pois a suspensão só poderia ter sido aplicada após processo na Comissão de Ética da legenda e depois de a defesa ter sido ouvida.

Fonte: Portal Vermelho

Maia adia votação da PEC que muda regras eleitorais

O plenário da Câmara aprovou, por 361 votos favoráveis, 68 contrários e 2 abstenções, o requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/03, que muda as regras do sistema político-eleitoral. Em seguida, a sessão foi encerrada e a votação do texto-base, prevista para esta quarta-feira (16), adiada.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), agendou a próxima sessão para votação da proposta para terça-feira (22). Maia resolveu encerrar a sessão desta quarta-feira ao considerar o quórum de 430 deputados baixo. Nas negociações durante o dia, o presidente havia acordado que a PEC só seria votada com 480 deputados em plenário.

"Achei melhor encerrar [a sessão] e adiar para a próxima semana. É até bom, porque a gente ganha um tempo de ir construindo as convergências nesta matéria", disse Maia. "Com quórum de 430, a gente tinha o risco de falta de quórum, já que, nos destaques supressivos, quem tem que votar é quem quer manter o texto, tinha o risco de não aprovar nada na noite de hoje".

O presidente da Câmara disse ainda que é possível que seja retirado do texto o item que define mandato de dez anos para magistrados de tribunais superiores. Atualmente o mandato é vitalício. "Avançamos na retirada do 0,5% no texto do fundo, que é uma decisão importante, e avançamos num acordo de votar o texto principal e ir para o debate nos destaques. O que nós temos que organizar é que a gente possa ter resultados

que atendam àquilo que é importante: reorganizar o sistema eleitoral brasileiro não só para 2018, mas também para 2020 e 2022", disse.

Mudanças - A PEC propõe a mudança do sistema proporcional para as eleições de deputados e vereadores para a modalidade chamada "distritão", no qual são eleitos os candidatos mais votados, sem considerar a proporcionalidade dos votos recebidos pelos partidos e coligações. Além disso, está no texto a criação de um fundo para financiar as campanhas eleitorais a partir de 2018.

Ao longo do dia, diversas reuniões entre lideranças partidárias foram feitas com a participação do presidente da Câmara em busca de entendimentos para viabilizar a votação. Ficou definido que só seria votado nesta noite o texto principal. Os destaques que visam modificar a proposta já estavam definidos que seriam apreciados na próxima semana.

De acordo com o líder da minoria, deputado José Guimarães (PT-CE), ficou acordado a retirada do dispositivo que institui o fundo e incluído um instrumento para o financiamento público de campanhas cujos recursos e valores serão definidos no Orçamento da União. Ainda segundo ele, há destaques para retirar as propostas do "distritão" e do distrital misto, que estaria previsto para entrar em vigor a partir de 2022.

Para ter efeito nas eleições de 2018, a PEC tem que ser aprovada pela Câmara e pelo Senado, em dois turnos de votação em cada uma das Casas e promulgada até o dia 7 de outubro, um ano antes das eleições em primeiro turno.

Fonte: Agência Brasil



'Esta não é a reforma política que Brasil quer e precisa', critica OAB

O presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia (**foto**), voltou a criticar nesta quarta-feira (16) as propostas debatidas pela Câmara dos Deputados para a reforma política. Também prometeu que a entidade irá acionar o STF se for aprovado projeto que permite a doação oculta para campanhas política. "Esta não é a reforma política que o Brasil quer e precisa. São retrocessos ao próprio sistema que temos hoje", afirmou.

Em entrevista coletiva na sede da Ordem, Lamachia explicou que as doações ocultas ferem três princípios constitucionais: a transparência, a publicidade e a moralidade. A OAB é autora de ação no Supremo Tribunal Federal que considerou inconstitucional essa modalidade e agirá novamente. "É uma legislação que fere princípios constitucionais, retirando do eleitor o direito de saber o que está sendo investido em cada candidato por cada pessoa. Isto não é bom para o Brasil, um grande retrocesso", afirmou.



“Um dispositivo como este trará margem grande para lavagem de dinheiro, ocultação de recursos e para que não se tenha transparência. Publicidade e transparência são palavras-chave hoje. É disso que o Brasil precisa”, frisou.

Lamachia também votou a defender o posicionamento da OAB contra o chamado “distritão”, lembrando que a entidade tem posicionamento fechado em favor do voto distrital misto. “A ideia do distritão favorecerá, sem dúvida nenhuma, aquelas pessoas que já têm convivência na política, com mais aparição. Ela não serve nem como transição, pois facilita a perenização da classe política atual. A OAB defende a ideia do voto distrital misto, passando ao TSE a regulamentação dos distritos. Essa é uma posição fechada pelo Conselho Pleno da Ordem”, disse.

Por fim, rechaçou novamente a proposta de criação de um fundo de R\$ 3,6 bilhões para o financiamento de campanhas. “Um verdadeiro deboche com o cidadão brasileiro”, asseverou. “Hoje vemos dificuldades de vários governos na aplicação de política públicas básicas, como saúde, educação e segurança. Quem vai financiar este fundo? Ele conspira contra aquilo que a própria sociedade quer: o barateamento das campanhas políticas”, explicou.

“Este fundo não se resume a ele, em termos de recursos. Os cidadãos financiam campanhas a partir de um fundo como este, mais o Fundo Partidário, com mais de R\$ 800 milhões, e ainda o horário dito como gratuito na TV e rádio, quando na verdade é pago pelo erário público com a desoneração de tributos. Temos um custo muito grande e exagerado nas nossas campanhas”, completou.

Fonte: Jusbrasil

TST decide que não há isonomia entre gestantes com contratos por prazo determinado/indeterminado

O TST decidiu, e tal decisão consta do Informativo 160 do TST que, não há isonomia entre a gestante contratada por prazo indeterminado e a gestante contratada por prazo determinado. Segundo a SDC tal entendimento deve-se ao fato de serem distintas as relações jurídicas das gestantes, desta forma, é possível que uma gestante contratada por prazo determinado possua uma garantia de emprego de 210 dias, ao passo que uma outra gestante, ainda que na mesma empresa, contratada por prazo determinado terá garantia de 180 dias. Conheça a íntegra da decisão no Informativo 160 que pode ser acessado através do site do TST

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)